

A nação faz cem anos: o Centenário da Independência no Rio de Janeiro¹

Marly Silva da Motta
CPDOC/FGV

Faltam apenas vinte e nove meses para que o Brasil festeje o 1º centenário da sua independência (...). Os festejos do Centenário devem forçosamente atrair muitos visitantes à capital da República (...), pode-se dizer que não será para estranhar que todo mundo civilizado aqui envie as suas melhores representações (...). É preciso que quem aqui aportar (...), encontre como primeira cidade brasileira, alguma coisa que provoque louvores...²

Em busca da nação moderna

Quando se fala em 1922, ano mítico da história brasileira, imediatamente se pensa na Semana de Arte Moderna, na fundação do Partido Comunista Brasileiro e na Revolta Tenentista do Forte de Copacabana. A comemoração do centenário da independência quase nunca é mencionada, a não ser em citações passageiras em enciclopédias e livros didáticos. Omissão séria, mas justificada pela suspeição que essas comemorações coletivas, por sua aparência artificial, despertavam na comunidade de historiadores. Preconceito este superado pelo trabalho de Mona Ozouf³ sobre as festas da Revolução Francesa, onde é destacada a mobilização social que essas celebrações provocaram, atestada pela massa de relatórios, discursos, projetos e propostas que lhes foram dedicados.

Uma vasta documentação, praticamente inexplorada e especialmente representada por jornais, revistas, livros, congressos e palestras, indicava igualmente que o Centenário mobilizara a população em geral, e a intelectualidade em particular, das duas principais cidades brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa maneira, a escolha do Centenário da Independência como tema de estudo visou, por um lado, a preencher uma lacuna na historiografia da década de 20,

¹ Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú (MG), 20-23 out. 1992.

² Melhoramentos necessários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24/4/1920.

incorporando novos elementos de análise para um período que me parece marcado muito mais por seu caráter de “antecedente” da década posterior do que por sua própria especificidade.

Por outro lado, não há como ignorar o que anda nas cabeças e anda nas bocas. *Que país é esse?* não foi apenas título de uma música de sucesso. Ela exprime, em boa medida, a perplexidade de um país às voltas com o dilema de estar sempre entre a catástrofe iminente e a esperança de algo novo. Apesar das tentações, não visamos a localizar no passado as “origens” ou as “raízes” do mal-estar do presente, onde até o “Brasil do futuro” parece ameaçado. Queremos, sim, deixar claro que nosso trabalho dialoga com seu tempo, fala de um lugar, ocupa um espaço, ou seja, é historicamente datado. Menos preocupados com influências ou heranças, compartilhamos com a “geração de 22” a utopia da inserção do Brasil na modernidade.

Falar de nação significa mexer com camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, não vemos a nação como uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada, que, na verdade, se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social. Estamos-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade que implica tanto no acentuar dos traços de semelhança e homogeneidade, quanto numa diferenciação em relação ao outro.⁴

Condição indispensável da cultura humana, fundamental no reforço da coesão social ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, a memória coletiva reforça as fronteiras sócio-culturais e se torna, pois, um ingrediente básico da identidade nacional. A constituição de uma memória comum no delicado processo de

³ Ver Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire: 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976.

⁴ Sobre nação e nacionalismo, ver, entre outros, Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, Rio de Janeiro, Ática, 1979; José Ramón Recalde, *La construcción de las naciones*, Madrid, Siglo XXI, 1982; Eric J. Hobsbawm, *A era do capital: 1848-1875*, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977; *Nações e nacionalismo desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Da historiografia brasileira sobre o tema, destacaria: Lucia Lippi Oliveira, *A questão nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Thomas E. Skidmore, *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

construção das nações tem sido estudada por uma corrente historiográfica, que destaca o esforço dos movimentos nacionalistas do século XIX em construir uma continuidade histórica – as “origens” da nação – e em criar novos símbolos de identidade e lealdade para os agora “cidadãos nacionais”.⁵ Deve-se a Pierre Nora o mais minucioso e abrangente desvendamento da complexidade dessas relações entre memória e nação. Para o historiador francês, a aceleração do tempo nas sociedades industriais criou a necessidade de serem demarcados os lugares onde a memória nacional efetivamente se fixou, – os “*lieux de mémoire*” – como datas e festas nacionais, hinos e bandeiras, monumentos e arquivos. “Datas magnas”, como o 4 de julho nos Estados Unidos, o 14 de julho na França, e o 7 de setembro no Brasil, seriam lugares de sacralização da nação e de identificação do nacional.⁶

Privilegiado “lugar de memória” da nação brasileira, depois de um difícil processo de consolidação no início da República,⁷ o sete de setembro de 1922 pôde articular presente/passado/futuro ao ensinar o balanço obrigatório dos acontecimentos passados, a avaliação dos feitos presentes e a perspectiva de realizações futuras do país. Abriu-se, assim, a década de 20 com uma intensa mobilização do que Eric Hobsbawm chamou de “*minorité agissante*”⁸. Mario de Andrade, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Tristão de Ataíde, Lima Barreto, dentre outros, estavam comprometidos com a tarefa de “criar a nação”, forjar a identidade nacional e construir um Brasil moderno. Filiada a diversas concepções de modernidade – à do modelo universalista da *Belle Époque* em crise, ou à vanguardista, de adesão aos valores urbano-industriais, ou ainda, à tradicionalista, seguidora dos “sólidos” princípios da natureza e do ruralismo – essa

Gostaria ainda de citar as revistas *Estudos Históricos*, nº 2, 1988 e *Tempo Brasileiro*, nº 87, 1986, especialmente dedicadas à discussão da identidade nacional no Brasil.

⁵ Ver, entre outros, Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger (org.), *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Edgard Leite Ferreira Neto, A elaboração positivista da memória republicana, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, (87): 79-103, out./dez. 1986; Manoel Luiz S. Guimarães, Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1): 5-27, 1988.

⁶ Ver Pierre Nora (dir.), *Les lieux de mémoire*, vol. I, La République, Paris, Gallimard, 1984.

⁷ Ver Edgard Leite Ferreira Neto, *O improvisado da civilização: a nação republicana e a construção da ordem social no final do século XIX*, Niterói, UFF, 1989 (dissert. Mestrado-mimeo).

⁸ Cf. Eric Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*, op. cit., p. 21.

intelectualidade partilhava a crença de que a construção de uma sociedade moderna dependia de um projeto de (re)construção da nação brasileira.⁹

Arrasar ou não arrasar, eis a questão

A magnificência de uma capital não é uma simples questão de vaidade, mas de dignidade nacional (...). Nesta hora histórica em que o Brasil entrou na plena consciência dos seus destinos formidáveis (...), vem a propósito perguntar se a capital do Brasil (...) está à altura de representar a síntese brilhante de nossa civilização (...). A nação gigantesca não quer ser servida por pigmeus.¹⁰

Sede do governo central, o Rio de Janeiro seria o ponto de convergência dos olhares daqueles que iriam avaliar o progresso da nação centenária. A preparação da “cidade maravilhosa” para as festas de 1922 revestiu-se, pois, de um significado todo especial: era preciso que o Rio de Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira. Tal como no centenário da Revolução Francesa em 1889, quando a unidade da França foi relacionada à preeminência parisiense numa clara manifestação da superioridade da cidade-luz,¹¹ em 1922, o Rio de Janeiro deveria ser o “centro gerador de progresso e de civilização, sobretudo num país como o Brasil, onde toda a irradiação social parte da sede do governo”.¹² Desse modo, a construção de um Brasil moderno, mais uma vez, deveria passar pelo processo de modernização da sua capital. Mas que projeto de cidade moderna estaria em jogo no Rio do Centenário?

A reforma urbana então planejada teve como alvo o “velho” Morro do Castelo, berço da cidade. As aceras discussões que se travaram através da imprensa – arrasar ou não arrasar o Castelo – longe de envolver apenas aspectos urbanísticos, colocaram frente a frente diferentes concepções de modernidade.

Se a busca do moderno, por um lado, implica compartilhar alguns pontos em comum, por outro, suscita sempre versões diferenciadas do que seria essa modernidade e dos meios de se chegar até ela, negando a existência de uma única matriz capaz de

⁹ Sobre as correntes de pensamento do início dos anos 20, ver, além dos já citados, Eduardo Jardim de Moraes, *A brasilidade modernista*, Rio de Janeiro, Graal, 1978; Roberto Romano, *O conservadorismo romântico*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

¹⁰ A capital do Brasil. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, XXI (26), 7/8/1920.

¹¹ Ver Pascal Ory, *Le centenaire de la Révolution Française*, em Pierre Nora (dir.), op. cit.

¹² O Rio de Janeiro e as grandes fases do seu desenvolvimento. *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, (1), julho 1922.

traduzi-la inequivocamente. Na ótica de Carl Schorske e de Marshall Berman,¹³ os processos de remodelação urbana de São Petersburgo e de Viena constituem fontes privilegiadas de acesso aos impasses da modernidade, em suas diferentes visões e versões.

No caso do Rio de Janeiro de 1922, o evento emblemático dessas múltiplas faces da modernidade é o arrasamento do Castelo. Longe de significar uma proposta unitária, afinada com os interesses e a visão de mundo da classe “dominante”, a derrubada do histórico morro exigiu um complexo processo de decisão. Situado bem no coração do Rio, berço histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo e de Santo Inácio. Espécie de guarda da cidade, assinalava a entrada de navios. Lá se localizavam ainda o relógio da torre e o observatório astronômico. Lugar de magia e misticismo, com a missa dos Barbadinhos às sextas feiras pela madrugada, e com as “casas de pretos”, onde a macumba ressoava, estava envolto num profundo mistério em torno dos tesouros que os jesuítas teriam escondido antes de serem expulsos no século XVIII. Além do mais, o morro abrigava uma população pobre de cerca de 5.000 pessoas, distribuídas em mais de 400 casas. Tudo isso colocava o “velho” Castelo num lugar especialmente relevante na memória coletiva dos cariocas. Derrubá-lo não era derrubar um morro qualquer.

A idéia de arrasamento do Castelo é antiga, e, desde o final do século XVIII, um inquérito apresentado por três médicos do Senado da Câmara já indicava a necessidade de demolir “o grande Monte do Castelo, que serve de padrao àquela cidade e que lhe impede toda a viração do mar.”¹⁴ Ao longo de todo o século XIX houve pedidos de concessão para o arrasamento, e quando das reformas Passos foi aventada a possibilidade de enfim derrubá-lo. No entanto, o “bota-abaixo” só conseguiu remover uma pequena parte para a abertura da avenida Central.

A indicação do nome de Carlos Sampaio – engenheiro de renome e antigo dono da concessão para o arrasamento do morro – para a prefeitura do Distrito Federal era um indício seguro de que desta vez o Castelo não escapava. Com o encargo explícito de preparar a cidade para as comemorações do Centenário, o prefeito decretou a demolição

¹³ Ver Carl Schorske, *Viena fin-de-siècle: política e cultura*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988; Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

¹⁴ José Joaquim de Azeredo Coutinho. Citado por Carlos Sampaio, *Memória histórica – obras da prefeitura do Rio de Janeiro*, Coimbra, Editora Lumen, 1924, p. 20.

do morro dois meses após a sua posse, a 17 de agosto de 1920. Moderna tecnologia de desmonte foi utilizada. A prensa se justificava, pois sobre parte da área conquistada ao Castelo seriam construídos os “majestosos” pavilhões da Exposição Universal.

Para muitos, era a indiscutível vitória da “civilização” sobre a “barbárie”, eliminando-se aquela “aldeia de botocudos” encravada na urbe. Caudatários de uma sólida vertente do pensamento político brasileiro, calcada no ideário cientificista de valorização dos padrões racionais e universalizantes, aqueles que defendiam o arrasamento do Castelo acusavam a persistência de costumes “bárbaros” de ser o grande obstáculo à pretensão do Brasil de chegar ao esplendor da civilização européia.

Tal concepção é claramente exposta na *Revista da Semana*: “O Rio é a cidade mais paradoxal. A cinqüenta metros do teatro onde se canta o *Parcifal* (...), a vinte metros do palácio das Belas Artes (...), a quinze metros de uma grandiosa biblioteca e do Supremo Tribunal de Justiça (...), pode-se ver cabras pastando na encosta do Morro do Castelo”.¹⁵ Era chocante o contraste violento entre a “imponente” avenida Rio Branco e seus belos palácios e o Castelo, que, a apenas “vinte metros da civilização”, seria o retrato mais visível da “barbárie”. Sombra gigantesca que lembrava a miséria colonial, seria como que um fantasma insepulto a apontar as nossas origens, assemelhando-se a um “povoado africano” ou a uma “aldeia de botocudos”. Reduto do fanatismo, bairro de miséria habitado por um “populacho desordeiro”, deveria ser substituído por edifícios modernos, freqüentados por gente educada e trabalhadora.

Marco visível da fronteira entre a cidade “indígena”, “colonial” e “atrasada”, e a cidade “européia”, “civilizada” e “moderna”, a presença do Castelo contrariava um dos pilares mais evidentes dessa vertente de modernização urbana, qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos. Edifícios públicos e empresariais não deviam se confundir com barracos; cabras não deviam ouvir ópera. Demandava-se uma espacialização da cidade que precisamente definisse os lugares da produção, do consumo, da moradia, da cultura; os espaços dos ricos e dos pobres.

A comunhão com o mesmo ideal de cidade moderna e civilizada uniu rivais políticos. O *Correio da Manhã*, incansável crítico da política emissionista de Epiácio Pessoa, calou-se diante dos vultuosos recursos necessários para “civilizar” o Rio; neste

¹⁵ *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, XXI (25), 31/7/1920.

caso, não haveria porque economizar para por abaixo aquela “excrecência”.¹⁶ Nem mesmo o engajamento na denúncia da alta generalizada do custo de vida e da falta de moradias sensibilizou o jornal oposicionista para a situação das cinco mil pessoas que seriam expulsas do Castelo.

Coube ao *Jornal do Brasil*, que abertamente apoiava o governo de Epitácio Pessoa, desenvolver uma intensa campanha contrária à destruição do que considerava um “outeiro sagrado”. As posições defendidas por este jornal – a urbanização do morro e a conseqüente manutenção da população que o habitava – comprovam, por um lado, que as filiações políticas não determinaram as opiniões sobre o futuro do Castelo. Por outro, indica que a proposta vitoriosa de arrasamento do morro representou, na verdade, *uma* das vertentes de pensamento que buscavam uma capital moderna para a nação centenária.

Importantes setores da intelectualidade consideravam o ideal cosmopolita da *Belle Epoque* um modelo ultrapassado, que demonstrara sua falência na Guerra de 1914. Em nome da restauração das “verdadeiras” virtudes do homem, a reação católica, por exemplo, rejeitava o progresso urbano e industrial, bem como a racionalidade utilitária, em prol dos valores da natureza e das antigas tradições.¹⁷ Ligado a esta corrente de pensamento, o *Jornal do Brasil* moveu uma cerrada campanha no intuito de manter aquele “histórico reduto”, que muitos queriam destruir em nome de uma pretensa “racionalidade sanitária” ou de uma “estética importada e desenraizada”.

O debate em torno do arrasamento do Castelo, que encheu as páginas da imprensa carioca ao longo do segundo semestre de 1920, colocando de um lado os “sacrílegos”, liderados pela *Revista da Semana* (com o apoio da *Careta* e do *Correio da Manhã*), e de outro, os “tradicionalistas”, representados pelo *Jornal do Brasil*, sustentou-se em interpretações diferenciadas do que seria uma cidade sintonizada com a modernidade do século XX.

Se, para o prefeito Carlos Sampaio, o Castelo podia ser comparado a um “dente cariado” na linda boca que era a baía da Guanabara,¹⁸ para o *Jornal do Brasil* era “uma

¹⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/8/1920.

¹⁷ Sobre a “reação católica”, ver Lucia Lippi Oliveira, op. cit.; Riolando Azzi, O início da restauração católica no Brasil, 1920-30, *Síntese Política Econômica*, (10-11), 1977.

¹⁸ Carlos Sampaio, *O arrasamento do Morro do Castelo*, Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta da Bolsa, 1925, p. 5.

pérola a engastar na jóia suntuosa que a Providência pousou à beira do Atlântico.¹⁹ Esse debate, aparentemente de caráter apenas estético, na verdade remetia a uma discussão mais profunda em torno da elogiada beleza natural da “cidade maravilhosa”. Se o tema da natureza sempre ocupou um amplo espaço nas reflexões sobre o destino nacional, ele assumia maior relevância no que se referia à capital federal e eterno cartão postal do país. Para o *Jornal do Brasil*, o Rio de Janeiro deveria se mirar no exemplo dos países modernos e civilizados, onde a natureza era protegida dos interesses “utilitários” e preservada na sua “exuberância”. Portanto, a manutenção daquela “jóia da natureza” seria sinônimo de modernidade.²⁰

Em oposição a esse discurso que demandava a preservação dos elementos naturais, estavam aqueles que consideravam como condição essencial ao ingresso do país no século XX a submissão da natureza à ordem da cultura. A destruição do “infecto monturo” que a natureza colocara no coração da bela capital para “envergonhá-la”, e a construção sobre seus escombros de um “vale de luzes”, um “bazar de maravilhas”, como era considerada a Exposição Universal, indicava a disposição de a nação centenária finalmente integrar-se naquilo que muitos entendiam como “civilização moderna”.²¹

Berço da cidade, referência constante no cotidiano da capital desde os tempos coloniais, o “velho” Castelo estava associado a uma tradição e a um passado que deveriam necessariamente ser repensados em um contexto de comemoração do Centenário da Independência. O Castelo seria a “mancha colonial”, herança de um passado que fizera de nós “escravos” por mais de três séculos. Era preciso firmar uma nova tradição que evocasse idéias e valores afinados com a modernidade pretendida. Ao lado de Estácio de Sá e Mem de Sá, o panteão nacional deveria abrigar os nomes de Paulo de Frontin e Pereira Passos, demolidores desse “triste” passado, que agora no Centenário, mais do que nunca, era preciso eliminar.²² Já para o *Jornal do Brasil*, o Castelo era o repertório vivo da memória da nação, célula-mater da sua futura capital, e destruí-lo em plena comemoração do centenário era um verdadeiro “sacrilégio”.²³

¹⁹ O sacrilégio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15/9/1920.

²⁰ A destruição das nossas lindas praias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20/9/1920.

²¹ Impressões do sr. Crowley sobre o Rio de Janeiro. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, XXI (13), 8/5/1920.

²² O novo símbolo. *Careta*, Rio de Janeiro, XIII (648), 20/11/1920.

²³ O sacrilégio. op. cit.

Depois de dois anos de trabalho, só uma parte do Castelo foi demolida, abrindo espaço para a construção dos prédios da exposição Universal do centenário, solenemente inaugurada a 7 de setembro de 1922.

“Ante-sala do Paraíso” – a Exposição Universal do Centenário.

É impossível negar que a Exposição é a visão maravilhosa da nossa grandeza e dos nossos progressos (...). Algumas revistas estrangeiras afirmam que a área da exposição é a ante-sala do Paraíso.²⁴

Pelo Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, foi determinada a realização de uma Exposição Nacional dentro do programa de comemoração do centenário da Independência, com o objetivo de “dar testemunho do nosso grau de adiantamento e civilização nesses cem anos de vida política autônoma.”²⁵ Englobando as principais modalidades do trabalho no Brasil, “atinentes à lavoura, à pesca, à pecuária, à indústria extrativa e fabril, ao transporte marítimo, fluvial terrestre e aéreo, aos serviços de comunicação telegráficos e postais, ao comércio, às ciências e às belas artes”, a Exposição Nacional se compôs das seguintes seções: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e mar; e esportes.²⁶ Foi ainda concedida uma área contígua à Exposição Nacional para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à exibição de produtos originários de seus países.

Festivamente inaugurada na data prevista – 7 de setembro de 1922 – a Exposição Universal do Centenário compôs-se da seção nacional, a qual, localizada no

²⁴ Civitas luminis. *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (16), 1923.

²⁵ As festas do centenário. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/7/1920.

trecho entre o antigo Arsenal da Guerra e o novo mercado, ocupava parte da área conquistada ao mar com o arrasamento do Castelo. Nesse local, concentraram-se os pavilhões das Festas, dos Estados, das Pequenas e das Grandes Indústrias, do Distrito Federal, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, de Estatística, além de pavilhões particulares (de municípios como Campinas e de empresas nacionais e estrangeiras como a Brahma e a General Eletric), restaurantes e bares.

Na Avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o Palácio Monroe (onde funcionava o *bureau* de informações), alinharam-se os palácios de honra das representações estrangeiras – Argentina, México, Inglaterra, estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão –, sendo que alguns desses países ainda construíram pavilhões para a exposição de seus produtos industriais, na Praça Mauá (Bélgica, Portugal, Estados Unidos, França, Itália e Tchecoslováquia).

A documentação sobre a Exposição é abundante, e especialmente representada pelas publicações oficiais destinadas à divulgação do evento.²⁷ O expressivo acervo iconográfico permite-nos não apenas observar o aspecto estético, representado pelos variados estilos arquitetônicos dos pavilhões e palácios – da sobriedade das linhas do pavilhão neo-clássico da Inglaterra ao pesado estilo “babilônico” do palácio das Festas –, como também avaliar a “qualidade” dos produtos expostos – dos “saborosos” vinhos e azeites de Portugal às “sofisticadas” máquinas da Bélgica e da Suécia, passando pelas rendas do Ceará ou as madeiras do Pará.

Embora reconhecendo que o tema da Exposição de 1922 é bastante amplo e abre possibilidade de diferentes abordagens,²⁸ ressaltamos que estamos aqui interessados em perceber como a mostra nacional da Exposição buscou firmar uma determinada imagem de modernidade para o país. Afinal, como era constantemente ressaltado, “do que somos, do que podemos ser, a Exposição é a síntese mais completa.”²⁹

A realização da primeira exposição universal no Brasil abria a perspectiva “do mundo nos ver de perto”, de expor o país à comunidade internacional num momento

²⁶ Programa para a comemoração do 1º Centenário da Independência Política do Brasil. *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (1), julho 1922.

²⁷ Destacaria, além de *A Exposição de 1922*, a revista oficial já citada, o *Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência e da Exposição Universal*, e o *Guia Oficial da Exposição Internacional do Centenário*.

²⁸ Ver Margarida de Sousa Neves, *As vitrines do progresso*, Rio de Janeiro, PUC/FINEP, 1986.

particularmente chave de rearticulação da economia e da política em escala mundial. Tratava-se, pois, de assegurar a “presunção legítima de documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações”,³⁰ ou seja, era preciso que os visitantes estrangeiros nos encontrasse “com a máscara do século estampada no rosto.”³¹

Um passeio atento pelos corredores dos pavilhões nacionais revela-nos que, embora os produtos “genuínos”, e mesmo “exóticos”, da natureza brasileira tivessem sido expostos com destaque, a ênfase da mostra recaiu sobre as possibilidades de exploração dos recursos naturais. Valia mais o ferro do que o ouro; valia mais a energia elétrica do que as cataratas. Como destacava o editoralista da revista oficial da Exposição, “o atestado maior da nossa capacidade de produção não está na Exposição (...). O que os mostruários estão exibindo é apenas o potencial das nossas riquezas (...). Afinal, a implantação definitiva da indústria de ferro entre nós é apenas questão de dias...”.³²

A questão da exploração do minério de ferro e da instalação de usinas siderúrgicas no Brasil estava na ordem do dia. Isto se dava não apenas pela percepção do papel decisivo que tal indústria teve na I Guerra, ao sustentar o esforço de guerra dos países vencedores, como também pela recente assinatura do contrato com a Itabira Iron (1920), autorizada a exportar minério e construir a nova ferrovia Vitória-Minas, bem como um porto de minério e uma usina siderúrgica.

Ao lado do ferro e do aço, a energia elétrica se afigurava como um outro elemento chave do progresso econômico. Daí, em parte, o excessivo destaque dado à “feérica” iluminação que transformou o Rio de Janeiro numa outra “cidade-luz”: “Toda a área da Exposição faísca, e parece emergir das águas empenumbradas como a verdadeira ‘Cidade Anadyomenica’, a deusa luminosa dos racontos e dos poemas. Não é possível imaginar mais lindos efeitos de luz”.³³ Dessa maneira, se, por um lado, reforçava-se a tese das “inesgotáveis” riquezas naturais do país, tradicional fonte de atração para os investimentos estrangeiros, por outro, buscava-se garantir a viabilidade da inserção do país no quadro da nova economia mundial do pós-guerra. Como

²⁹ *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (14-15), Março 1923.

³⁰ Pádua Rezende. *A Exposição Nacional de 1922*, em *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (1), Julho 1922.

³¹ A utilidade da máscara. *Careta*, Rio de Janeiro, XV (742), 9/9/1922.

³² *A Exposição de 1922*. Rio de Janeiro, (14-15), Março 1923.

³³ Hermes Fontes, citado por Margarida de Sousa Neves, op. cit., p. 63.

destacava Herbert Moses, na Exposição “não se tem apenas um mostruário dos tesouros em que a nossa terra fecunda se desentranha, nem virá o estrangeiro (...) examinar sementes e minerais, sem olhar que o Brasil é um país de grandes recursos”.³⁴ Mais do que os produtos expostos nas vitrines e nos mostruários, os olhos dos *touristes* deveriam “ver” a potencialidade do nosso progresso, cuidadosamente expressa em tabelas e gráficos que apontavam uma “inequívoca” tendência de crescimento dos setores modernos da economia, baseados no ferro e na eletricidade.

Projeção do imaginário social no espaço,³⁵ a reforma urbana carioca do início dos anos 20, em nome de uma modernidade, interferiu na natureza, destruiu uma área de ocupação antiga ligada a sólidas tradições de um passado, e transformou tudo isso num espaço que visava ser a expressão visual de valores e ideais garantidores do acesso da nação centenária ao século XX. Embora não tivessem alcançado a mesma notoriedade e perenidade da Ringstrasse de Viena ou da Nevski de São Petersburgo, símbolos de uma época, a Avenida das Nações e seus pavilhões de luzes compartilharam da mesma aspiração de se tornarem fagulhas da intensa flama que é a modernidade.

³⁴ Herbert Moses. Na Avenida das Nações, *A Exposição de 1922*, Rio de Janeiro, (1) Julho 1922.

³⁵ “Toute ville est, entre autres, une projection des imaginaires sociaux sur l’espace. Son organisation spatiale accorde une place privilégiée (...) en exploitant la charge symbolique des formes (...). De même, l’architecture traduit efficacement dans son langage à elle le prestige en utilisant l’échelle monumentale, les matériaux ‘nobles’”. Bronislaw Baczko. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*, Paris, Payot, 1984, p. 36.